

## **UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS CAUSADOS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

### **Autor(es)**

Luis Angelo Dallacort

Eduardo Tomazelli Rodrigues

### **Categoria do Trabalho**

TCC

### **Instituição**

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE ERECHIM

### **Resumo**

O avanço da Inteligência Artificial tem trazido benefícios e desafios para a sociedade contemporânea, levantando questões éticas e legais, especialmente no que diz respeito à responsabilidade civil pelos danos causados por sistemas de Inteligência Artificial. Este trabalho propõe uma análise abrangente dessa questão, explorando os fundamentos da Inteligência Artificial, as teorias de responsabilidade civil e os desafios únicos apresentados pela integração da Inteligência Artificial em várias esferas da vida humana. O primeiro capítulo oferece uma visão geral da Inteligência Artificial, incluindo definições essenciais, áreas de aplicação e evolução histórica. Tipos de Inteligência Artificial, como Inteligência Artificial fraca e Inteligência Artificial forte, são discutidos, assim como conceitos como aprendizado de máquina e redes neurais artificiais. No segundo capítulo, o foco se volta para a responsabilidade civil, abordando sua amplitude e complexidade no direito civil contemporâneo. São exploradas questões legais relacionadas às relações interpessoais, comerciais e institucionais, destacando a responsabilidade como consequência de ações ou omissões que resultem em danos a terceiros. O terceiro capítulo examina a responsabilidade civil no contexto da Inteligência Artificial, destacando desafios éticos e legais decorrentes da integração da Inteligência Artificial em áreas como saúde, transporte, finanças e justiça. Questões como previsão e prevenção de danos, atribuição de responsabilidade entre agentes envolvidos e a necessidade de regulamentação específica são discutidas. A conclusão destaca a importância crescente da responsabilidade civil na era da Inteligência Artificial e enfatiza a necessidade de colaboração entre a comunidade tecnológica, legisladores e profissionais do direito para desenvolver estruturas jurídicas adaptativas às nuances dessa transformação tecnológica.